
HIDROLÂNDIA

NA REDE URBANA

CELENE CUNHAM. ANTUNES BARREIRA
MIRACI KURAMOTONUCADA

Resumo: Santos (2002, p. 165) afirma que lugar e região são abstrações, não têm existência própria, se considerados à parte da totalidade, pois falta a significação dada pelos momentos históricos e pelos recursos totais do país, do mundo, como população, capital, força de trabalho etc., donde se conclui que a totalidade está em constante movimento, da mesma forma que região e lugar. Podem-se reconhecer três níveis de totalidade: mundial, territorial e o nível local que são os lugares nos quais a rede ganha uma dimensão única e se concretiza socialmente. Este artigo trata dessa discussão e da rede urbana em relação a Hidrolândia (GO), uma cidade pertencente a uma região metropolitana.

Palavras-chave: cidade, cultura, urbanismo e geografia

No período neolítico, quando o homem conseguiu produzir além do que seria suficiente para o consumo de seu grupo familiar, porque já havia aprendido no mesolítico a domesticar animais, reuni-los num rebanho e a reproduzir plantas com as sementes, e em troca desse excedente tinha contratado alguém para proteção de sua produção e dos seus entes, pois ainda havia grupos de nômades que viviam da caça e da coleta de alimentos que frequentemente optavam pelo mais fácil, inicia-se o que muito tempo depois passou a ser conhecido como divisão social do trabalho.

Mumford (1998) acredita que esse encarregado da proteção seria um caçador, pelas condições intelectuais e principalmente físicas, desenvolvidas na adversidade e, também, que tais ca-

racterísticas o tornaram, provavelmente, líder, pois o homem da aldeia certamente já era um pacato agricultor. Posteriormente, novas divisões ocorreram com o aumento da produção e necessidade de auxiliares nos trabalhos do campo. Da mesma forma, cresceram as relações sociais na aldeia, onde novos trabalhos e funções foram criados.

Os arquitetos presentes no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) de 1933, preocupados com os graves problemas urbanos no mundo, elaboraram um documento com o intuito de orientar o planejamento das cidades. Esse documento, A Carta de Atenas, diz que a chave do urbanismo está nas quatro funções básicas da cidade, que seriam: habitar, trabalhar, recrear-se (nas horas livres) e circular.

Então, a aldeia já possuía as funções de cidade, embora ainda não o fosse, pois as relações eram primárias, agrárias e, além do mais, a quantidade de pessoas ou a dimensão da ocupação espacial, até mesmo atualmente, não era suficiente para essa denominação. Para Singer (1985), a categoria de cidade é reconhecida quando se criam instituições sociais, sociedade de classes. Isto significa uma participação diferenciada dos homens no processo de produção, o que na prática significa divisão social do trabalho e emergência das classes sociais. A estrutura de classes se consolida e a diferenciação entre campo e cidade começa a se estabelecer quando a residência do guerreiro se transforma em forte e a do sacerdote em templo.

O surgimento das cidades, para Carlos (2001) não está associado ao mero crescimento populacional de vilas, aldeias ou povoados, pois eles podem continuar nessa categoria por tempo indeterminado, apenas assentado no motor inicial: necessidade de se organizar num espaço, num dado momento. O nascimento da cidade estaria vinculado não apenas à criação das instituições sociais e à instituição da sociedade de classes, mas a 6 elementos essenciais:

- divisão do trabalho;
- divisão da sociedade em classes;
- acumulação tecnológica;
- produção do excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica;
- um sistema de comunicação; e,

- uma certa concentração espacial das atividades não agrícolas.

Assim, a configuração de cidade exige também uma diversidade de atividades, desenvolvimento técnico e infra-estrutura. O sistema de comunicação, além de essencial, é também estratégico. Basta lembrar que quando o Império Bizantino impediu a circulação pelo mediterrâneo, as cidades – antes eram dominadas pelo império romano – entraram em decadência e a grande maioria deixou de existir, pois o ato impossibilitou o comércio e acabou com os serviços burocráticos que estas cidades estabeleciam com Roma.

Algumas cidades nesse período faziam parte de uma rede urbana, pois atendiam às condições mínimas apontadas por Corrêa (1997, p. 94): haver transações comerciais entre pontos fixos no espaço e um mínimo de interações que refletissem e ratificassem uma diferenciação hierárquica e/ou especialização produtiva. Outras participaram de redes geográficas porque tinham como base, como diz Corrêa (1997, p. 107), apenas “um conjunto de localizações ‘interconectadas’ entre si”. Os caminhos eram temporários.

Quando foi impedido o fluxo de bens e recursos, ocorreu a migração da população da cidade para o campo e, também, para os feudos. As cidades que resistiram, em sua grande maioria, era porque abrigavam alguma função de comando. Nelas permaneceram apenas o núcleo eclesiástico e o de poder estatal, juntamente com os servos e famílias necessárias à manutenção, ou seja, aqueles que exerciam o ofício de padeiros, cozinheiros, costureiras, ferreiros e outros numerosos artífices.

Segundo Sposito (2000), os impérios tiveram um papel fundamental no aumento do número de cidades e da urbanização, compreensível, pois dali tiravam o suporte para manutenção do império e do exército, além de assegurar o domínio da região. Isto exigia no lugar a criação de novas funções, que Singer (1985) chamou de divisão interurbana do trabalho. No entanto, esse procedimento deve se referir especialmente ao Império Romano, pois alguns impérios, como o Mongol de Gêngis Khan, destruíram a maioria das cidades por onde passaram. No império bizantino, as cidades da Europa praticamente desapareceram.

Só com a reabertura dos portos, entre os séculos X e XI, o comércio foi restabelecido entre os burgos, que eram as aglome-

rações de pequenos agricultores que se formaram em torno de fortalezas construídas para defesa do senhor feudal e do feudo, que, por sua vez, eram porções de terra produtivas concedidas a algum nobre vassalo, com a condição de prestação de serviços reais e rendas ao senhor dominante do lugar, geralmente um rei. A reabertura dos portos traz o renascimento das cidades. Muitas eram antigos burgos e outras, lugares estratégicos, como portos e caminhos importantes.

Os comerciantes ou mercadores ambulantes terminaram estabelecendo-se nos burgos e ali iniciaram o processo de acumulação que possibilitou emergirem como terceiro poder entre as forças dominantes da época: o real e o eclesiástico. Constituíram a classe dos burgueses. Estes, para dinamizar os negócios, precisavam de maior quantidade de mercadorias, mas dependiam dos artesãos que tinham uma produção limitada e eram amparados por corporações que não permitiam o livre acesso ao aprendizado dos ofícios. Então os comerciantes procuraram disseminar o processo de produção dos objetos entre pequenos lavradores e criadores, longe do alcance do domínio das corporações de artesãos, predominantes no meio urbano.

O sucesso da empreitada atraiu a participação dos familiares daqueles iniciantes. Posteriormente, os burgueses agilizaram a produção reunindo-os em espaços próprios. Essa ousadia teve conseqüências: enquanto quebrou o monopólio, constituiu-se no passo para o surgimento da indústria manufatureira, do trabalho assalariado e, também, para promover o melhoramento e adequação da frota marinha para o mercantilismo, o que permitiu incrementar os negócios além-mar e, mesmo, praticar a colonização na América, África e Ásia. A rede urbana de então era intercontinental em fase pré-capitalista.

Com o desenvolvimento das indústrias manufatureiras, as cidades cresceram em população e especialmente. Em torno de indústrias afastadas dos centros urbanos, surgiram aglomerações, que, no decorrer do tempo, transformaram-se em novas cidades. Assim também ocorreu com as localidades portuárias, e depois, com a ferrovia: outras são assentadas junto às estações de embarque e desembarque e em lugares estratégicos da circulação. Nota-se, com os burgueses, um novo modo de produção, mas também a agregação de custos da produção ao valor da

mercadoria. Outro fato: a intensa divisão social e territorial do trabalho, juntamente com o acelerado crescimento populacional e econômico de algumas cidades.

Marx (apud CORRÊA, 1997) afirma que quando ocorre a concentração da propriedade e dos meios de produção por determinada classe social, verifica-se a expropriação de grande número de camponeses. A essa prática chamou de “acumulação primitiva”, cujo desenvolvimento ampliou a divisão social e territorial do trabalho. A perda dos meios de produção daqueles que ainda a detinham, e o aumento do trabalho assalariado são condições propícias para criar o mercado, onde tudo, desde que haja lucro, se transforma em mercadoria: força de trabalho, meios de produção e de subsistência.

Essas são as condições do capitalismo, que na Inglaterra se instaurou plenamente no final do século XVIII com a Revolução Industrial e com a chegada da máquina a vapor (maquinofatura). As cidades industriais atraem pessoas de todas as partes, a estrutura social se amplia e aprofunda a diferenciação de classes, resultando em maior consumo, ocupação do solo e seleção de espaços para a localização do capital, o que aponta para uma nova organização espacial ditada pela distribuição articulada e integrada, entre diferentes localidades, da produção aos consumidores.

A partir daí, a palavra-chave para capitalismo e cidade é crescimento, e os adjetivos desordenado e mega são a unidade. Em 1900, logo após a revolução industrial, Londres possuía 6,5 milhões de pessoas, era a maior cidade do mundo. No ano de 2000, Tóquio assumiu essa condição, com 26 milhões de pessoas, portanto, uma megalópole.

INTRODUÇÃO

Um dos efeitos da ordem capitalista verifica-se no desenho sobre o território de uma rede urbana, entre os centros urbanos existentes e outros criados. Contudo, as cidades apresentam características diferenciadas em sua formação: existência de recursos; infra-estrutura; localização e volume de trocas, pois a penetração do capitalismo é desigual.

Desta maneira, em algumas cidades menos diversificadas, o mercado atua apenas localmente, noutras torna-se centro, seja de produção, distribuição de mercadorias, de decisão econômica ou política. Nestas, a área de influência é bem maior, oferece bens e serviços para consumidores de um conjunto de cidades “tornam-se nós na cadeia de fluxos de produção e consumo” (DEUS, 2002, p. 198), e integram o que Corrêa (1997) chama de rede de localidades centrais, que geralmente é hierarquizada. Ele acredita que a análise dessa rede, por formalizar uma estrutura territorial, possibilita a compreensão do sistema urbano.

Penalva Santos (1998) concorda com tal pensamento e acrescenta que o estudo do crescimento das cidades baseia-se em duas vertentes: a teoria de base e o modelo de lugar central. Na primeira, o crescimento das cidades “teria início com o desenvolvimento das atividades básicas” e que ele é “resultado da especialização em exportações”. Isto significa que o crescimento econômico urbano tem como base a venda de bens e serviços para outras cidades, estados ou países, cujo efeito multiplicador keynesiano em outras atividades resulta no aumento da renda urbana.

No modelo de lugar central, a fonte do crescimento é a demanda de mercadorias e serviços internos, divididos entre bens e serviços superiores e inferiores, que seriam reconhecidos pelo baixo preço unitário e consumo freqüente, contrário ao dos superiores. Santos (2003, p. 128), ao propor uma revisão da teoria dos lugares centrais, chama a divisão entre bens e serviços de circuitos superior e inferior do sistema urbano:

O circuito superior é resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. A maior parte de suas relações ocorre fora da cidade e da área que a circunda, porque este circuito tem um quadro de referências nacional ou internacional. O circuito inferior consiste de atividades em pequena escala e diz especialmente respeito à população pobre. Contrariamente ao circuito superior, o inferior é bem sedimentado e goza de relações privilegiadas com sua região.

Ele prossegue chamando a atenção para a existência desses dois circuitos nas cidades. Nelas, o vetor da área de influência do

circuito inferior aumenta do centro para a periferia, enquanto o volume e a complexidade desse circuito diminui do centro para a periferia. Contudo, deve-se entender que ambos os circuitos são conectados pela classe média em algum momento, além de interagirem. Observa também que, numa cidade regional, a influência do circuito inferior é idêntica à área de influência da aglomeração, enquanto nas cidades locais ultrapassa seus limites. O tamanho da área de influência varia de acordo com o tipo do agrupamento e dos procedimentos de cada circuito.

Santos (2002, p. 262) lembra que no Dicionário da Geografia as redes são consideradas segundo 3 características: “a) atração e difusão, caso das redes urbanas; b) projeção abstrata, caso da cartografia do globo; c) projeção concreta de linhas de relações e ligações, caso das redes de hidrografia, telecomunicações etc”. Contudo admite três períodos na produção e vida das redes: pré-mecânico, mecânico intermediário e o atual período técnico-científico-informacional.

Para Castells (2000), o desenvolvimento tecnológico, promovido por novas descobertas no campo energético, primeiro com a máquina a vapor e depois com a eletricidade, o eletromagnetismo (comunicação por ondas) e conseqüentemente, da tecnologia da informação, trouxe o que hoje ele chama de “rede global” pelo âmbito da interconexão. Segundo ele,

é um processo que conecta serviços avançados, centros produtores e mercados em uma rede global. [...] Em cada país a arquitetura de formação de redes reproduz-se em centros locais e regionais. Tudo isso sob a meta da rapidez, do instantâneo, do on line (CASTELLS, 2000, p. 407).

Para Santos (2002, p. 264), os suportes das redes são pontos e agora estão “parcialmente no território, nas forças naturais dominadas pelo homem (espectro eletromagnético) e parcialmente nas forças recentemente elaboradas pela inteligência e contida nos objetos técnicos”. Diz que na realidade não há mais redes. Certamente pela imaterialidade atual da rede.

O exercício da conectividade repercute instantaneamente e imperativamente dentro de cada espaço local ou regional ou nacional, redefinindo, redimensionando e reorganizando tudo,

inclusive o espaço, em níveis na nova estrutura organizacional, cujo resultado mais nítido é a grande mobilidade e fluidez de objetos e pessoas. Paralelamente, a rede impõe uma organização ou desorganização, integração ou desintegração do território (SANTOS, 1994).

A REDE URBANA BRASILEIRA

As cidades brasileiras tiveram uma origem comum à dos centros urbanos fundados para assegurar o território na colônia, como diz Santos (1996, p. 17): “uma emanção do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante”. Ele vislumbra quatro momentos na evolução urbana: o primeiro, de 1500 até o século XVIII, o segundo momento, quando a “urbanização se desenvolve, atinge a maturidade no século XIX, a partir daí adquire as características atuais”.

A maioria dos núcleos urbanos do primeiro momento eram pequenos aglomerados, distantes uns dos outros, junto a fontes de riqueza mineral, ou de atividade agropastoril. Apenas os centros urbanos próximos ao porto tinham a categoria de cidades. As estradas eram precárias e o fluxo de pessoas e mercadorias, rarefeito, pois as relações comerciais, sociais e políticas eram inconstantes, porém, baseadas principalmente na extração de recursos mineral e vegetal. Assim, a rede urbana do período era pequena, compunha a hinterlândia a partir dos portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, principalmente.

Enquanto a produção agropastoril ficava restrita às terras litorâneas, a mineração, no século XVII até meados do século XVIII, foi responsável pelo primeiro processo de interiorização do país. Surgem, então, as cidades do período do ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, que reforçaram e ampliaram as redes urbanas do Rio de Janeiro e Salvador às quais o estado de Goiás estava ligado.

As cidades européias, renascidas após o século XI, contam a história do lento surgimento das indústrias, da divisão social do trabalho, da diversificação até o apogeu da industrialização no século XVIII, enquanto no Brasil existe a questão da temporalidade dos núcleos urbanos, segundo Corrêa (1997). Iniciam-se

como coloniais, mineiras, depois são agrárias até o século XX, quando começa efetivamente a industrialização, sobrepondo-se as fases em espaços reconhecidos nas cidades que passaram por esses períodos.

Dessa forma, só a partir dos anos 60 do século XX é que se instala o “capitalismo monopolístico e reproduz-se a forma básica da rede de localidades centrais” (CORREIA, 1997, p. 35).

REDE URBANA GOIANA

O estado de Goiás passou por três períodos, nos quais o processo de urbanização foi intensificado, em decorrência da expansão da fronteira econômica: o primeiro (BARREIRA, 2002), com o ciclo do ouro, começou a ocupação goiana. No entanto, segundo Barreira, há evidências de que já se praticava a criação de gado no nordeste goiano de autoconsumo e também a de subsistência para abastecimento local. Quando se esgotou o ouro, muitos dos mineradores remanescentes passaram a dedicar-se integralmente às atividades pastoris no norte e nordeste do estado de Goiás.

O segundo período começou após o declínio das atividades de mineração, em meados do século XVIII, quando as regiões sul/sudeste crescem economicamente com a agropecuária que reforçou os nucleamentos urbanos situados nas rotas para os estados da Bahia, Minas Gerais e São Paulo. Essas cidades tinham a função de oferecer pouso, outros serviços e o abastecimento para as tropas e boiadas.

Neste período, enquanto a região norte / nordeste entra em declínio, o sul do estado passa a desenvolver-se com maior intensidade com a agricultura. O apogeu pode ser considerado quando “os trilhos de ferro cortam o sertão. [...] A ferrovia provocou um espetacular movimento de modernização do Sudeste Goiano, pelo aumento das concentrações urbanas” (DEUS, 2002, p. 62).

O terceiro começou em meados do século XX com a construção da Capital Federal, Brasília, e com a construção de rodovias federais, ligando-a a outros estados. Só então, iniciou-se a industrialização. Em 1970 começa o plantio da soja na região sul/sudeste, e o Estado continua exercendo influência na transfor-

mação de uma economia rural e agrícola em urbano-industrial (PENALVA SANTOS, 1998), desta vez com a política de criação de pólos. Nos últimos anos, essas cidades foram chamadas de fronteira da agro-indústria.

A cidade de Hidrolândia pertence ao segundo período. Apesar de nascer de um Patrimônio, deve seu crescimento à sua localização estratégica. Posteriormente, com o desenvolvimento do meio de transporte, especializou-se na agricultura, com o cultivo de fumo, arroz e gado bovino, que foram responsáveis pela força econômica de então. Atualmente, a produção do campo não apresenta a mesma produtividade observada até meados do século XX. Não há plantio de soja no município.

A rede urbana do estado de Goiás iniciou-se com o ciclo do ouro. Nessa época, a cadeia de cidades era constituída de nós rarefeitos e não havia uma direção centralizada no território. As relações entre localidades eram fracas, e os caminhos precários. Na realidade, havia duas redes: uma era a extensão da rede urbana da Bahia e a outra, de Minas Gerais e São Paulo.

Porém, o envolvimento ainda era primário e, apesar do aprimoramento técnico e do processo de acumulação e do fluxo de mercadorias que posteriormente foi implementado pela ferrovia, representava uma fase pré-capitalista. A mudança só começa a ocorrer depois da construção de Brasília. Contudo, algumas cidades da região sudeste, como Catalão, Itumbiara e Caldas Novas, ainda mantêm fortes ligações comerciais com Minas Gerais e especialmente com São Paulo.

Penalva Santos (1998) assinala que a ocupação do Centro-Oeste foi uma decisão política, visando maior controle do território, acessar os recursos naturais e incorporá-los à economia nacional, pois poderiam contribuir com a expansão da oferta de insumos primários e com a produção alimentar, além de redirecionar fluxos migratórios do Nordeste. Efetivamente, é o que vem ocorrendo.

HIDROLÂNDIA NA REDE URBANA

O município de Hidrolândia integra a Região Metropolitana de Goiânia, criada através de uma lei estadual. A configuração

de região pode referir-se a diferentes aspectos, como cultural, geográfico, econômica, social etc., mas sempre define uma área de influência. No caso da RMG, significa que a cidade faz parte da zona de influência de Goiânia, mas significa, também, uma área que comporta várias cidades vizinhas conurbadas, densas, ou seja, as malhas urbanas se tocam, como no caso da R.M. de São Paulo. Porém, não elimina a questão da influência.

No dizer de Santos (1994, p. 92), a região é um subespaço e ela existe porque nela se impõem “arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços”. Redefine, também, reorganiza e redimensiona, pois as redes como organização são o vetores de energia, de movimento, de modernidade.

Santos (2002) afirma que lugar e região são abstrações, não têm existência própria, se considerados à parte da totalidade, pois falta a significação dada pelos momentos históricos e pelos recursos totais do país, do mundo, como população, capital, força de trabalho etc., donde se conclui que a totalidade está em constante movimento, da mesma forma que a região e o lugar. Podem-se reconhecer três níveis de totalidade: mundial, territorial e o nível local que são os lugares nos quais a rede ganha uma dimensão única e se concretiza socialmente. Assim, Hidrolândia é um lugar conectado à Goiânia na rede de cidades da Região Metropolitana de Goiânia.

Em relação às segmentações e partições do espaço, Santos (2002) aponta dois recortes: a horizontalidade e a verticalidade. O primeiro diz respeito às extensões formadas por pontos contínuos, o segundo, a pontos separados no espaço que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. Aponta, também, a ambigüidade promovida pelas forças centrípetas e centrífugas em concentrar e dispersar, em integrar e desintegrar, em organizar e promover a desordem do território, que interessam a certos agentes, promovem a homogeneização e, ocultamente, a heterogeneização.

Diante do exposto, a Região Metropolitana de Goiânia representa a verticalidade e Hidrolândia a horizontalidade, lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, mas também da contrafinalidade localmente gerada, do cotidiano conforme.

As forças centrípetas que agem sobre ela são fatores de homogeneização, de aglomeração e de retroalimentação na horizontalização, enquanto as forças centrífugas que agem sobre a cidade provocam a sua desestruturação, a desordem no território, como um comando que escapa ao controle: verifica-se pelo processo de parcelamento do solo.

Sob a lógica da rede de localidades centrais, Hidrolândia comporta o circuito inferior e oferece reduzidos bens e serviços do circuito superior, que são os resultantes da modernização tecnológica. As atividades de serviços e bens são criadas para atender as necessidades imediatas e menos complexas dos habitantes do município. O serviço que exija especialização é realizado em Goiânia. Um produto de maior preço também é adquirido dessa cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de qualquer cidade que integra a Região Metropolitana de Goiânia também o estudo de Goiânia, pois a capital do estado está no centro das relações estabelecidas pelos municípios dessa Região, em menor ou maior grau. Entre os fatores, podem-se enumerar o funcionamento integrado da rede de transporte coletivo, a localização dos postos de trabalho, de saúde, de educação do 2º e 3º grau, do comércio do circuito superior.

Goiânia capitaliza os recursos totais dos municípios da RMG: capital, articulação do processo de distribuição de bens e serviços, entre a produção e o consumo final, mão-de-obra e recursos naturais. Certamente, uma pesquisa acurada pode apontar com melhor detalhamento o quanto capitaliza, noutras palavras, o quanto drena na forma de salários, de recursos naturais, tributários e fundiários.

Considerando a coincidência deste processo com o de acumulação capitalista e ainda considerando a característica das redes de distribuição, mas também de regulação, pode-se questionar a conveniência da existência tão próxima dos circuitos inferiores, espaço de horizontalidades de Goiânia que, por força da região criada, pode exercer a hegemonia?

Afinal, conforme Corrêa (1997, p. 20), “os assalariados, [...], têm seus salários drenados, via comércio varejista e rede

bancária, para os grandes centros de decisão econômica, possibilitando a acumulação capitalista”. Na rede global, Goiânia representa apenas um nó intermediário no processo de acumulação do grande capital, no entanto nessa cidade que também é a principal cidade-pólo da região Centro-Oeste, de acordo com Motta (2002), reproduz-se a mesma lógica dos grupos hegemônicos mundiais.

Uma parte do que é drenado fica retida na cidade, outra fica em São Paulo, o restante segue para Nova York, Londres e Tóquio, cidades no topo da hierarquia, segundo Penalva Santos (1998). A compensação fica por conta dos vetores de energia que podem trazer a modernidade e uma nova reorganização espacial, social e econômica. Talvez positiva ou negativa, ou positiva e negativa. Afinal, “por mais humilde que seja o lugarejo, um local urbano é sempre o centro de uma periferia... numa rede mais fina” (BENKO, 1996, p. 52).

Referências

- BARREIRA, C. C. M. A. *Vão do Paranã: a estrutura de uma região*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Ed. da UFG, 2002. 320p.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2001. 98p.
- CASTELLS, M. *A era da Informação: economia, sociedade e cultura: A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. V. I.
- CORRÊA, R. L. *Trajéorias geográficas*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1997.
- DEUS, J. B. de. *O sudeste goiano: e a desconcentração industrial*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Ed. da UFG, 2002.
- GOMES, H.; TEIXEIRA NETO, A. *Geografia: Goiás e Tocantins*. Goiânia, Ed. da UFG, 1993.
- MOTTA, D. M. (Org.). *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil: redes urbanas regionais: norte, nordeste e centro-oeste*: IPEA, IBGE, UNICAMP, IE, NESUR. Brasília: IPEA, 2001. 263p.
- MUMFORD, L. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: M. Fontes, 1998.

PENALVA SANTOS, Â. M. S. *Reestruturação espacial e dinâmica econômica*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1998. (Texto para Discussão).

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Edusp, 2003.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 153p.

SPOSITO, M. E. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 2000.

Abstract: Santos (2002, p. 165) affirms that place and area are abstractions, they don't have own existence, if considered to the part of the totality, because it lacks the significance given by the historical moments and for the total resources of the country, of the world, as population, capital, manpower, etc. from where it is concluded that the totality is in constant movement, in the same way that area and place. It can be recognized three totality levels: world, territorial and the local level that they are the places in which the urban system wins an only dimension and it is rendered socially. This article treats of that discussion and of the urban system in relation to Hidrolândia - GO. A city belonging to a metropolitan area.

Key words: city, city planning and geography

CELENE CUNHA M. ANTUNES BARREIRA

Doutora pela Universidade São Paulo. Mestre pela Universidade Federal de Goiás. Geógrafa graduada. *E-mail*: celene.barreira@uol.com.br

MIRACI KURAMOTO NUCADA

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Católica de Goiás. Especialista em Planejamento Urbano e Ambiental pela Universidade Católica de Goiás em parceria com a Associação para a Recuperação e a Conservação do Ambiente. *E-mail*: miracikuramoto@pop.com.br